



## **Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030**

### **Contributos para a consulta pública**

A [PONG-Pesca](#)<sup>1</sup> considera que a Estratégia Nacional para o Mar (ENM) colocada agora a consulta pública tem um papel pivotal no papel e posição que Portugal quer assumir nos próximos 10 anos, uma vez que definirá a visão que o país tem para este ativo que tem adquirido mais e mais relevância nos programas governamentais dos últimos anos.

É urgente que qualquer perspetiva estratégica para o mar em Portugal tenha subjacente uma abordagem ecossistémica e integradora das políticas europeias mais ambiciosas para a conservação e utilização sustentável e responsável do meio marinho.

Estudos recentes sugerem que dispomos de uma janela temporal de cerca de 10 anos para inverter as tendências negativas da perda da biodiversidade e das alterações climáticas. A estratégia agora apresentada orientará políticas e instrumentos financeiros e definirá as metas que o Governo propõe alcançar até 2030. Por estas razões, é necessário que seja uma estratégia forte e mais ambiciosa, que identifique concretamente que ações temos que tomar para mudar o estado atual dos nossos oceanos, tornando-os verdadeiros aliados no combate aos efeitos das alterações climáticas.

Neste contributo, a PONG-Pesca faz primeiramente uma abordagem genérica ao teor do documento, seguida de uma análise mais detalhada sobre os vários assuntos que este desenvolve.

Paralelamente, desenvolvemos também uma análise ao Plano de Ação, medida a medida, que consideramos ser útil para consideração e possível incorporação no documento final. Foram introduzidas duas colunas novas e utilizado um esquema de cores simples (do tipo semáforo, em que o verde significa que a PONG-Pesca apoia a medida, amarelo que significa que temos algumas reservas, vermelho que significa que discordamos totalmente da medida e cinzento que a PONG-Pesca não tem posição oficial sobre o assunto/medida), tendo-se ainda adicionado uma última coluna com os comentários mais relevantes sobre cada medida.

Por fim, desenvolvemos também uma nova tabela (Tabela A) com as medidas adicionais propostas pela PONG-Pesca para o Plano de Ação, organizadas por objetivo estratégico (OE) e ainda um novo: OE11 Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.

---

<sup>1</sup> A PONG-Pesca – Plataforma de ONG Portuguesas sobre a Pesca é constituída pelas seguintes ONG: Associação Portuguesa para o Estudo e Conservação dos Elasmobrânquios (APECE), Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), Liga para a Protecção da Natureza (LPN), Observatório do Mar dos Acores (OMA), Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, Sciaena – Oceanos # Conservação # Sensibilização, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e Associação Natureza Portugal em associação com WWF (ANP|WWF).



**Plataforma**

**de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca**

### **Considerações gerais**

A PONG-Pesca reconhece todo o trabalho que subjaz à elaboração do documento colocado a consulta pública e congratula as entidades governamentais pelo esforço de incluir conceitos e documentos sobre a necessidade de conservar os recursos e os ecossistemas marinhos.

É, por isso, com agrado que a PONG-Pesca vê integrados de forma frequente termos como “alterações climáticas”, “sustentabilidade”, “conhecimento científico”, “perda de biodiversidade” e de documentos orientadores de políticas europeias e internacionais como a Agenda 2030, a Política Comum das Pescas (PCP), o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia da Biodiversidade, a Estratégia *Farm to Fork* e ainda o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

No entanto, e de um modo geral, a PONG-Pesca lamenta que o documento apresentado contenha um discurso e uma posição tão marcadamente apologistas de crescimento quase infinito. A ideia de “de-crescimento” (ou *degrowth*) tem ganho cada vez mais apoiantes entre os diversos quadrantes da sociedade e parece fazer cada vez mais sentido à medida que tomamos consciência dos limites do planeta. É urgente que as políticas públicas comecem a priorizar verdadeiramente o bem-estar social e ambiental sobre os lucros privados, o excesso de produção e o consumo excessivo. Isto é verdade para os alimentos que produzimos, para a roupa que compramos, mas também para a forma como utilizamos os transportes, como poupamos energia e como exploramos os nossos recursos naturais. Uma lógica de *degrowth* implica verdadeiras transformações da sociedade e a relação desta com a natureza, mas pode começar a ser colocada em prática pelas entidades governamentais, como responsáveis primários pela regulamentação e gestão das atividades humanas. A PONG-Pesca acredita que um documento como a estratégia que define as prioridades para o mar na próxima década, tratando de um dos ecossistemas que mais tem sofrido com a ação antropogénica e oferecendo um enquadramento temporal suficientemente amplo, poderá ser o indicado para começar a inscrever nos documentos oficiais esta necessidade de preservar o meio e utilizá-lo de uma forma responsável, estratégica e sustentável.

Nesse sentido, a PONG-Pesca apresenta algumas preocupações, que abaixo desenvolve, com a materialização e transposição de compromissos políticos do papel para a realidade:

- algumas das metas avançadas pela ENM não estão em consonância com as inscritas em alguns documentos listados acima. Exemplo disto é a ENM estabelecer a ambição de atingir o Rendimento Máximo Sustentável (MSY, na sigla em inglês) em 2030 (meta do OE4), quando a PCP estabeleceu um prazo legalmente vinculativo para atingir esta meta em 2015 ou, o mais tardar, em 2020. Não é compreensível que a ENM determine um atraso de 15 anos para atingir aquele que é um dos objetivos mais importantes da PCP, ao qual Portugal está obrigado.



- alguns conceitos do documento, nomeadamente no plano de ação, carecem de clarificação e contextualização. Conceitos como “carbono azul”, “*green shipping*”, “bio refinarias azuis”, “voucher emprego azul” ou “*smart fishing harbours*” não estão desenvolvidos, o que seria necessário para informar uma participação pública mais ampla. A título de exemplo, as expressões “novos usos do mar” (medida 76) e “atualizar os meios de investigação” (medida 94) são, em nosso entender, utilizadas em sentido demasiado lato, não apresentam o grau de clareza e especificidade que uma medida de um plano de ação deve conter, contribuindo pouco para a finalidade do plano.
- a PONG-Pesca já em ocasiões anteriores se posicionou contra a intenção do Governo de iniciar a exploração mineira em mar profundo e não compreende que uma estratégia a 10 anos abra a porta a essa possibilidade. A posição da PONG-Pesca é clara: a Humanidade não precisa, para já, da mineração em mar profundo. Assim, é nossa opinião que qualquer possibilidade de exploração comercial deste tipo de recursos deve ser para já afastada pelo Governo português e não deve integrar as prioridades nacionais, desejavelmente durante uma janela temporal de, pelo menos, algumas décadas. Sendo a mineração em mar profundo uma atividade que, pela sua natureza, deverá ser equacionada a uma escala global, existem países que, pela sua geografia e papel nas discussões políticas internacionais sobre o futuro do oceano, deverão desempenhar um papel de liderança no que toca à sua conservação. Claramente Portugal é e deverá ser um destes países e a PONG-Pesca pede que a sua posição seja a de defesa de uma moratória a esta atividade, nos moldes avançados pela Deep Sea Conservation Coalition (DSCC)<sup>2</sup>.

Os princípios da economia circular apostam em novas formas de design ecológico e sustentável que contemplem toda a vida dos produtos, rompendo com o predominante atual sistema linear de extração-produção-descarte. Uma atividade como a mineração em mar profundo, além dos impactos imprevisíveis e de larga escala que teria, não se enquadra numa lógica de economia azul circular e sustentável.

- a PONG-Pesca apoia abertamente uma transição energética célere e sustentada que contribua para a descarbonização da economia. Sabemos que indústrias como as do petróleo e gás, assim como a da mineração em mar profundo, são incompatíveis com o combate às alterações climáticas e com ecossistemas marinhos saudáveis. O Relatório Especial do IPCC refere que as emissões antropogénicas líquidas globais de CO<sub>2</sub> deverão diminuir até 2030 (o limite temporal da ENM) em cerca de 45%, face aos níveis de 2010, para não ultrapassar os 1,5°C de aumento de temperatura global e atingir a neutralidade carbónica em 2050<sup>3</sup>. Neste contexto, torna-se incompreensível para a

---

<sup>2</sup> [http://www.savethehighseas.org/wp-content/uploads/2019/08/DSCC-Position-Statement-on-Deep-Seabed-Mining\\_July2019.pdf](http://www.savethehighseas.org/wp-content/uploads/2019/08/DSCC-Position-Statement-on-Deep-Seabed-Mining_July2019.pdf)

<sup>3</sup> <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>



PONG-Pesca que qualquer ideia de transição energética inclua de forma tão marcada o uso de Gás Natural Liquefeito (GNL), um combustível fóssil. Outras soluções devem ser exploradas, como a utilização de fontes de energia renováveis - desde que assegurado que os impactos no ecossistema e biodiversidade são reduzidos ao máximo - e o hidrogénio “verde” (*renewables-based/green hydrogen*), ou seja, o que é produzido recorrendo a fontes de energia renováveis. Neste campo, importa ainda frisar a urgência do desenvolvimento e implementação de um plano com o objetivo de *phase-out* o GNL em Portugal.

## **Considerações específicas**

### **a. Monitorização**

#### ENM

Apesar de definidos indicadores de monitorização, não existem dados quantitativos sólidos e próprios que façam uma avaliação concreta da implementação dos objetivos e metas da ENM 2013-2020. Uma avaliação estratégica da versão anterior (2013-2020) que inclua os diversos sectores, incluindo a sociedade civil, deve ser o ponto de partida para definir uma situação de referência que suporte os trabalhos da atual versão.

Para além da definição de indicadores, a sua monitorização é o trabalho-chave que permite avaliar o estado da implementação das medidas definidas por em instrumentos da Política Marítima Integrada, como a ENM 2021-2030.

#### Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Também para este instrumento não foram previstos financiamentos adequados que permitam monitorizações específicas para os seus descritores, permitindo avaliar com veracidade o Bom Estado Ambiental. Deve ser dada prioridade à alocação de fundos que permitam esta avaliação.

A aposta no “reforço da capacidade de monitorização do ambiente marinho, no contexto da DQEM, e articulando o conhecimento produzido por centros de investigação, sociedade civil e serviços do estado” deve ser alvo de medida própria do OE10. Deve ainda ser referida no ponto 6, OE1 e AI3.

#### Áreas Marinhas Protegidas (AMP)

A questão da falta de monitorização é transversal a outros temas, como as AMP. Saudamos a intenção de designar 30% das águas nacionais como AMP, mas salvaguardamos que, para além de designar, importa proteger, gerir e monitorizar de forma eficaz. Como tal, defendemos que:



- Classificar pelo menos 10% das águas marinhas sob jurisdição nacional como proteção total (ou estritamente protegidas);
- Sejam definidos planos de gestão para todas as áreas classificadas que incluam dados de referência, indicadores ambientais, plano de monitorização e controlo, mapeamento e envolvimento dos *stakeholders*, e revisão periódica dos mesmos;
- Estes planos sejam orçamentados e financiados de forma coerente e eficaz, sendo cada AMP dotada de recursos humanos em número e formação técnica;
- É essencial implementar uma Rede Nacional de AMP e assegurar a gestão eficaz da mesma através de processos participativos *bottom-up*;
- Deve ser reforçada a fiscalização de toda a rede de AMP para assegurar que os planos de gestão passem do papel a realidade e assim atingir os objetivos de conservação para os quais foram designadas.

Uma das metas da ENM 2013-2020 é de assegurar que 100% do espaço marítimo sob soberania e/ou jurisdição nacional seja avaliado em Bom Estado Ambiental, para tal estas deverão ser medidas prioritárias do OE1, a fim de dar sentido e aplicação à medida 4.

#### Recursos pesqueiros

Existe um pequeno leque de recursos pesqueiros avaliados e monitorizados. Deve ser aumentado o número de espécies abrangidas por monitorizações, sendo alocados recursos humanos e técnicos adequados às mesmas - reforçando as já existentes - e permitindo dados sólidos relativos aos estados dos *stocks* de pescado.

#### Plano dinamizador da ciência e tecnologia do mar

Antes de se ponderar uma nova edição deste plano, deverá ser realizada uma avaliação da primeira edição e definição dos objetivos estratégicos para a comunidade científica e tecnológica, uma vez que as necessidades são agora completamente distintas das de há 20 anos.

#### Transparência

Deve ser adotada uma política de dados abertos, ainda que anonimizados, sobre a pesca, com a DGRM a canalizar os dados sobre a atividade da pesca para o Portal de Dados Abertos da Administração Pública<sup>4</sup>.

Deve ainda ser fomentado o acesso e a transparência de dados científicos que servem de base a tomadas de decisão (indicadores do esforço de pesca), melhorada a

---

<sup>4</sup> <https://dados.gov.pt/>



abrangência e fiabilidade dos dados de monitorização e controlo para a pesca artesanal, nomeadamente das embarcações com menos de 12m, e colmatadas importantes lacunas de conhecimento (pesca recreativa; conhecimento ecológico local; etc.). Deve ser ainda dada prioridade ao estudo do impacto das pescas nos ecossistemas marinhos e costeiros<sup>5</sup>.

No que diz respeito à aquacultura, sugerimos que seja contemplado um levantamento dos impactos ambientais da aquicultura, criação de um manual para medidas minimizadoras e mitigadoras do seu impacto, em sede de Avaliação de Impacte Ambiental, e acompanhamento periódico destas instalações através de monitorizações regulares a espécies indicadoras da qualidade do ecossistema<sup>6</sup>.

## b. Pesca sustentável

### Pesca

A PCP reformada da UE, que entrou em vigor no início de 2014, exigia um fim à sobrepesca o mais tardar até 2020. Apesar do progresso que os Estados-Membros, entre os quais Portugal, vieram a fazer no sentido de definir as possibilidades de pesca em linha com os pareceres científicos, este demonstrou ser demasiado lento para que o prazo fosse cumprido, no final de 2020. Neste sentido, é necessário que a ENM mencione que, em 2030, todos os stocks de importância comercial para Portugal devem ter dados suficientes para se poder estimar os pontos de referência do MSY. Adicionamos ainda que o MSY deve ser encarado como um limite e não como um alvo, o que se torna ainda mais relevante no contexto atual de rápida progressão das consequências das alterações climáticas e a imprevisibilidade que isso acarreta para a gestão dos recursos ano após ano.

### Cogestão

A promoção da cogestão como modelo de governança *bottom-up* para pescarias que se mostrem interessadas e adequadas deve ser prioridade. Como tal, e na sequência do DL nº 73/2020, importa formalizar estes comités por portaria, de modo a tornar vinculativas as decisões que deles emanam. Os planos de gestão e monitorização elaborados no seio do comité terão também de ser alvo de financiamento adequado, para não correr o risco de tornar inconsequente este modelo de governança.

---

5

[https://www.ices.dk/sites/pub/Publication%20Reports/Expert%20Group%20Report/HAPISG/2020/Working%20Group%20on%20the%20Ecosystem%20Effects%20of%20Fishing%20Activities%20\(WGECO\).pdf](https://www.ices.dk/sites/pub/Publication%20Reports/Expert%20Group%20Report/HAPISG/2020/Working%20Group%20on%20the%20Ecosystem%20Effects%20of%20Fishing%20Activities%20(WGECO).pdf)

<sup>6</sup> [https://www.iucn.org/sites/dev/files/content/documents/zanzibar\\_case\\_study\\_2020.pdf](https://www.iucn.org/sites/dev/files/content/documents/zanzibar_case_study_2020.pdf)



### Pescarias de baixo impacto

As pescarias de baixo impacto são um passo em frente na preservação dos ecossistemas marinhos, alicerçando-se em princípios de sustentabilidade tanto ambientais como sociais. Desta forma, importa definir de forma clara o conceito de pescas de baixo impacto, aplicado à realidade portuguesa, e apostar em projetos que as valorizem.

### **c. Investigação científica**

Deverá ser claro na estratégia que deve ser privilegiada a produção de conhecimento para endereçar problemas de política pública.

#### Lacunas de conhecimento/conservação

Deve ser fortemente incentivada/priorizada a investigação marinha interdisciplinar - que integre o conhecimento e conhecimento de instituições públicas, universidades e sociedade civil - para colmatar lacunas de conhecimento e projetos em áreas já identificadas como pertinentes:

- Fontes e efeitos cascata da poluição;
- Impacto das pescas nos ecossistemas marinhos e costeiros;
- Teste de medidas de mitigação do impacto da pesca sobre espécies sensíveis;
- Ecossistemas, redes tróficas e espécies-alvos;
- Serviços de ecossistemas;
- Recuperação de habitats degradados.

#### O conhecimento como orientação

Deverá ser privilegiada a produção de conhecimento para resolver problemas de política pública. Deverá ser também dada atenção à importância do conhecimento ecológico local como fonte importante de conhecimento que complementa, e não substitui, o conhecimento científico. Importa lembrar que a ENM vigorará no período da Década das Nações Unidas da Ciência do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável e que um dos objetivos é precisamente planear uma abordagem global para a aquisição e integração de dados biológicos do oceano profundo, e também criar meios de transferência de tecnologia e capacitação de recursos humanos para as ciências oceânicas.

#### Plano Nacional de Restauro Ecológico

Na Estratégia de Biodiversidade para 2030, a Comissão Europeia anunciou que





apresentará uma proposta para objetivos de recuperar a natureza da UE juridicamente vinculativos em 2021 com o intuito de restaurar a biodiversidade e os ecossistemas degradados, em particular aqueles com maior potencial para capturar e armazenar carbono e prevenir e reduzir o impacto dos desastres naturais. Tendo em conta o horizonte desta Estratégia, acreditamos que deve ser adicionada uma nova medida ao OE1 - Desenvolver um Plano Nacional de Restauro Ecológico. Este Plano deverá incluir objetivos quantitativos em termos de localização, áreas e tipos de habitats a serem restaurados, deverá identificar ferramentas financeiras, requisitos para participação pública, prazos, etc. O restauro dos ecossistemas marinhos degradados irá contribuir para: melhorar a conectividade da Rede Natura 2000, alcançar as metas de 10% de área com proteção total; alcançar os objetivos da DQEM; a adaptação e mitigação das alterações climáticas; e para assegurar a proteção a longo prazo dos habitats restaurados.

#### **d. Economia azul**

Face ao expectável crescimento da área das energias renováveis *offshore*, importa que fique claro na ENM que a localização destas infraestruturas tenha em conta não só as condições físicas que asseguram a sua viabilidade económica<sup>7</sup>, mas também os impactos em espécies altamente móveis, especialistas, assim como nas áreas sensíveis/vulneráveis/cuja utilização por espécies marinhas as torna incompatível com a instalação de energias renováveis.

As energias renováveis e os projetos de infraestrutura relacionados não devem aumentar a pressão sobre as espécies ou habitats com estatuto de conservação desfavorável e não devem ser permitidos devido a razões imperativas de interesse público superior. Devem ser considerados os impactos cumulativos e combinados, incluindo impactos de outros sectores e impactos transfronteiriços.

Além disso importa assegurar que os princípios da economia circular sejam aplicados em todas as fases de vida de novos projetos relativos à economia azul – inclusivamente à sua fase de fim de vida - e que a inovação tecnológica tenha sempre por base a saúde e resiliência do oceano e redução de impactos no meio marinho.

A atividade de aquacultura deverá também ser integrada no quadro do ordenamento do espaço marítimo e fora de zonas sensíveis para a biodiversidade.

---

<sup>7</sup> [https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2017/10/24162813/GulbenkianPolicyBrief\\_Energias\\_PT\\_WEB.pdf](https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2017/10/24162813/GulbenkianPolicyBrief_Energias_PT_WEB.pdf)





#### e. Legislação de impacto ambiental

No contexto atual em que a aposta na economia azul parece ser uma certeza, importa salvaguardar uma abordagem precaucionária e ecossistémica em relação a novos projetos em meio marinho, nas mais variadas áreas.

Relativamente ao regime jurídico de AIA, consideramos imperativo rever o Decreto-Lei n.º 152-B/2017 que apresenta algumas fragilidades antigas que deverão ser revistas e melhoradas.

Concretamente, preocupa-nos a possibilidade de, através de Planos de Afetação, serem atribuídos novos usos a determinado espaço marítimo, independentemente de eles estarem ou não espacializados no projeto de PSOEM. Assim, na prática, isto significa que qualquer atividade pode vir a ocorrer em qualquer zona, mediante simples aprovação de planos de afetação.

A grande importância desta aparente nuance é que no Plano de Situação existe uma Avaliação Ambiental Estratégica (pese embora as grandes fragilidades que atribuímos à AAE que é apresentada na presente consulta pública), enquanto que os Planos de Afetação são considerados projetos pontuais sem cabimento obrigatório de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) uma vez que ficam sujeitos à legislação de AIA existente (DL 152-B/2017 de 11 de dezembro, que altera o regime jurídico da AIA dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2014/52/UE), que não contempla ou tem graves falhas para a maioria das atividades em espaço marítimo. Isto quer dizer que áreas para mineração de mar profundo, “sequestro de carbono” ou novas áreas para exploração de petróleo podem ser aprovadas por planos de afetação. Acresce ainda que, embora esteja previsto um processo de AIA para muitas atividades, este dificilmente contempla a necessária avaliação dos impactos que decorrem da interação entre diferentes atividades que ocorrem num determinado território. Identifica-se, portanto, uma situação de grande risco ambiental que não deveria ser descurada num instrumento para planeamento a longo prazo.

##### Aquacultura

A título de exemplo, e no que toca a aquacultura, o DL 152-B/2017 define como apenas passíveis de AIA piscicultura marinhas intensivas cuja produção  $\geq 1000$  t/ano, em águas costeiras, ou, produção  $\geq 5000$  t/ano, em águas territoriais. O mesmo DL dita a obrigatoriedade de AIA para todos os novos projetos apenas em zonas consideradas como sensíveis. Consideramos que face à conectividade e vulnerabilidade dos sistemas oceânicos, esta obrigatoriedade deveria ser alargada a todos os novos projetos, independentemente da sua produção e área de implementação.

##### Renováveis

Em relação à instalação de aerogeradores para produção de energia elétrica *offshore*, deverão ser considerados como sujeitos a AIA obrigatório no âmbito do anexo II do DL



152-B/2017, todos os novos projetos, e não apenas aqueles envolverem  $\geq 20$  torres no caso geral, e  $\geq 10$  torres em áreas consideradas sensíveis.

#### Recursos não vivos

A exploração de recursos na plataforma continental está sujeita à Diretiva 2014/52/EU de AIA, transposta para a legislação nacional pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017. Lembramos que não existe uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) no Ordenamento do Espaço Marítimo em Portugal que contemple atividades de prospeção e extração, como definido no DL n.º 38/2015.

Uma revisão da legislação de AIA existente deverá ter em conta novos projetos costeiros e marinhos, como centrais de dessalinização e projetos inovadores relativos a novas tecnologias de produção de energia renovável offshore. A revisão seria ainda mais importante para refletir a evolução das tipologias de projetos para os quais a AIA é obrigatória, já que face aos desenvolvimentos tecnológicos em curso, e que também são expectáveis na próxima década, há o risco sério de muitas intervenções em meio marinho estarem excluídas deste escrutínio<sup>8</sup>.

Assim, sugerimos incluir *“Avaliar impactos de atividades de produção, exploração e recreio, e compatibilizar novos projetos com áreas sensíveis para a biodiversidade no âmbito do ordenamento do espaço marítimo”* como meta do OE7.

#### **f. Aquacultura**

No que diz respeito à aquacultura, e face ao franco desenvolvimento em que esta atividade se encontra no nosso país, sugerimos que seja contemplado um levantamento dos impactos ambientais da aquacultura, criação de um manual para medidas minimizadoras e mitigadoras do seu impacto, em sede de Avaliação de Impacte Ambiental, e acompanhamento periódico destas instalações através de monitorizações regulares a espécies indicadoras da qualidade do ecossistema. É fundamental que qualquer expansão da produção da aquacultura seja realizada de forma sustentável, colocando o meio ambiente em primeiro lugar. É igualmente importante promover práticas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental tais como os sistemas de recirculação e a aquacultura multitrófica integrada e definir tamanhos mínimos de comercialização.

#### **g. Turismo e marítimo-turísticas**

Face ao crescimento da atividade, urge “rever e atualizar o código de conduta<sup>9</sup> da observação

---

<sup>8</sup> <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0195925515000785>

<sup>9</sup> <https://dre.pt/pesquisa/-/search/168231/details/maximized>



de cetáceos bem como reforçar a vigilância e ponderar medidas restritivas à atividade”.

Deverá ainda apostar-se na sensibilização dos operadores turísticos e turistas, sobre o que é um turismo de natureza que respeite o meio ambiente, incluindo o oceano.

É ainda fundamental proceder a um levantamento do ruído marinho, principalmente em áreas sensíveis, e estabelecer limites de poluição sonora/número máximo de operadores/etc., em zonas com grande turismo marítimo (ou navegação).

Devem ser estabelecidas regras claras para o turismo de cruzeiro (valores máximos de emissões, cumprimento de regras da IMO), face à poluição que geram nos portos nacionais, muitos deles localizados em zonas sensíveis, como os estuários.

#### **h. Consumo de pescado**

Portugal é reconhecidamente o “campeão absoluto” da UE no que ao consumo *per capita* de pescado diz respeito, com cada português a consumir anualmente cerca de 57kg de peixe, mais do dobro da média da UE.

As orientações dos Estados-Membros mostram que o consumo médio *per capita* semanal de pescado deve ser de cerca de 300g para uma dieta saudável e equilibrada, o que equivale a cerca de 14,4kg/habitante/ano. Os portugueses consomem quase 4 vezes mais. As três espécies mais consumidas (bacalhau, atum e pescada) apresentam ou já apresentaram problemas relacionados com a sobrepesca e exploração insustentável dos recursos, o que significa que os hábitos de consumo de pescado dos portugueses podem ter consequências não só para a sua saúde, como também para a saúde dos ecossistemas.

Deste modo, seria muito importante que a medida 69 contemplasse também políticas de reforma de subsídios, regras de rotulagem, campanhas de informação ao consumidor, educação e a inclusão de novas regras mais sustentáveis para a compra de pescado na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE 2020), por exemplo, dado que o sector público é um grande comprador de alimentos. Ainda nesta linha, seria também fundamental que o grupo de trabalho sobre alimentação da ENCPE (GT5) incluísse pelo menos um *stakeholder* ligado aos oceanos, o que ainda não acontece.

No que toca ao mercado, a PONG-Pesca gostaria de ver implementadas mais cadeias curtas de comercialização de pescado, com apoio direto da Docapesca. Este sistema tem demonstrado inúmeras vantagens, nomeadamente a supressão de alguns intermediários na cadeia de comercialização, com aumento de rendimento para os pescadores, permitindo escoar espécies com tipicamente menos interesse por parte do consumidor e ainda suportando uma maior participação e autonomia das comunidades piscatórias no processo de venda do produto que capturam.



### **i. Controlo e monitorização**

Para a PONG-Pesca, o Controlo Efetivo das Atividades Humanas é, desde sempre, um dos pilares essenciais não apenas de uma gestão sustentável da pesca, mas também no âmbito mais amplo da conservação dos ecossistemas marinhos e da exploração sustentável de alguns dos recursos aí existentes. Do nosso ponto de vista, as atividades ilegais e não quantificadas, realizadas tanto por operadores nacionais como de outros países, põem em risco qualquer visão estratégica e todo o esforço de gestão que seja realizado.

Assim, a PONG-Pesca defende que o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real das atividades desenvolvidas no território marítimo sobre a jurisdição de Portugal deve constituir um objetivo específico da ENM. Entendemos que só elevando este tema de uma mera dimensão operacional para um nível superior, com metas específicas para serem atingidas até 2030 é que ele será efetivamente levado em conta e implementado no mar.

Para materializar este objetivo será fundamental assegurar uma monitorização, fiscalização e controlo eficazes das atividades piscatórias, mas também de todas as outras atividades que decorrem no meio marinho, como o transporte, as atividades marítimo-turísticas, a extração de inertes, entre muitas outras. Para além dos métodos mais tradicionais, o recurso às novas tecnologias terá um papel crucial neste processo. As medidas devem ser tomadas recorrendo a níveis distintos de decisão e regulamentação, devendo os utilizadores ser igualmente envolvidos e integrados neste processo.

O controlo e monitorização são particularmente importantes nas AMP e atividades que aí decorrem. A PONG-Pesca defende que a ambição da estratégia deve ser maior nesta dimensão.

Reconhecemos que as nossas preocupações com o controlo e monitorização estão contempladas na AI13 - *Segurança, Defesa e Vigilância Marítima*, e que muitas das medidas propostas no documento apresentado contribuem diretamente para este objetivo. Iremos dar essa indicação na análise às medidas apresentadas, mas propomos um novo OE (OE11 Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real) e algumas novas medidas que deverão integrar a ENM.

Relativamente às metas para este novo OE, propomos que, até 2030:

- se aumente em pelo menos 50% o número de operações e os recursos humanos, financeiros e tecnológicos alocados ao controlo e monitorização.
- se assegure a implementação de um sistema integrado de controlo e monitorização em tempo real que cubra a totalidade das áreas definidas como Áreas Marinhas Protegidas



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

**Tabela 5 (adaptada)** - Tabela com o conjunto das 160 medidas do Plano de Ação, numeradas e organizadas por objetivo estratégico com a análise e comentários da PONG-Pesca (legenda: verde - a PONG-Pesca apoia/concorda com a medida; amarelo - a PONG-Pesca tem algumas reservas sobre a medida; vermelho - a PONG-Pesca discorda totalmente da medida; cinzento - a PONG-Pesca não tem posição oficial sobre o assunto/medida)

| Objetivo Estratégico   | Nº de Medida | Medidas  | Análise | Comentários   |
|--|--------------|--|---------|---|
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 1            | Implementar um Programa Nacional para o Mapeamento dos Habitats e dos Serviços dos Ecossistemas Marinhos e Costeiros incluindo medidas de restauro                           |         | Ver sugestão de medida adicional na Tabela A  |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 2            | Adotar legislação e medidas que previnam a entrada de plásticos no oceano  |         |   |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 3            | Criar incentivos económicos para a inclusão do carbono azul no cumprimento das metas de Portugal para a descarbonização  |         | Medida pouco clara  |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 4            | Classificar, pelo menos, 30% das águas marinhas sob jurisdição nacional de acordo com as metas europeias, e implementar a Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas (RNAMP) |         | <p>A PONG-Pesca defende que essa classificação incorpore um conjunto de AMP representativo e coerente, que funcione de forma articulada e sinérgica a diferentes escalas espaciais, incluindo diversos regimes de proteção eficientes e justos, e que tenha como objetivo principal proteger o património natural marinho (salvaguardando a estrutura, o funcionamento e a resiliência dos ecossistemas). Seguindo para isso as recomendações aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2019, que aprova as linhas de orientação estratégica e recomendações para a implementação de uma Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas.</p> <p>A PONG-Pesca defende igualmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Definir para cada AMP planos de gestão que incluam dados de referência, indicadores ambientais, plano de</li> </ul> |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|  |    |   |  |  |
|--|----|---|--|--|
|  |    |   |  | <p>monitorização e controlo, mapeamento e envolvimento dos stakeholders, e revisão periódica dos mesmos;</p> <p>- Se deve assegurar a gestão eficaz da RNAMP, através de processos participativos bottom-up;</p> |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 5  | Implementar um programa de sensibilização sobre os riscos da introdução de espécies exóticas no espaço marítimo nacional  |  |  |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 6  | Criar a Conta Satélite dos Serviços dos Ecossistemas Marinhos   |  |  |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 7  | Mapear as infraestruturas nacionais de aquicultura ( <i>onshore</i> e <i>offshore</i> ) e promover projetos piloto e zonas de teste na costa portuguesa                         |  | Pouco ambicioso para 2030. Isto já devia estar feito no âmbito do PSOEM.   |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 8  | Estabelecer programas de gestão da apanha de macroalgas marinhas  |  |  |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 9  | Promover sistemas de deteção, seguimento, e recolha automática de concentrações de elementos poluentes na coluna de água, incluído microplásticos                               |  | Pouco claro. Sugerimos substituir "Promover sistemas" por "Promover a implementação de sistemas".  |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 10 | Regulamentar a Convenção Internacional para o Controlo e Gestão das Águas de Lastro e Sedimentos dos Navios   |  | Sugerimos "Regulamentar e implementar"   |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 11 | Criar uma zona piloto de emissões controladas no mar português e de mecanismos complementares de controlo de poluição, em parceria com a Agência Europeia de Segurança Marítima |  |  |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|  |    |   |  |   |
|--|----|---|--|---|
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 12 | Assegurar a aprovação e execução dos instrumentos de ordenamento, programas e planos da orla costeira   |  |   |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 13 | Reforçar os programas de monitorização e medidas no quadro da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM), com maior recurso à digitalização (sensorização, IoT e inteligência artificial) e novas ferramentas moleculares para a avaliação de tendências e de efeitos de medidas tomadas |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real. |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 14 | Dinamizar o planeamento de ações no âmbito do grupo de trabalho "Zonas costeiras e mar" no contexto da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAC 2020)   |  |   |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 15 | Implementar projetos de colaboração internacional na área do Atlântico para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e da poluição do oceano  |  |   |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 16 | Promover uma estreita colaboração nacional com o secretariado MBON (Marine Biodiversity Observation Network), sob a responsabilidade do AIR Centre, para liderar os esforços internacionais em projetos de conservação da biodiversidade marinha  |  |   |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 17 | Desenvolver novas técnicas de inteligência artificial para a correlação entre dados espaciais, climáticos e oceanográficos  |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real. |
|  |    |   |  |   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável                | 18 | Promover o <i>Green Shipping</i> através da implementação de um Roteiro para o efeito   |  | O GNL não é um combustível limpo e não deve constituir um elemento para a transição energética. |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável                | 19 | Estabelecer medidas que estabilizem os biobancos e coleções de culturas já existentes, e mapear lacunas, de modo a aumentar a atratividade do país na área da biotecnologia   |  |   |
| OE2 Fomentar o emprego e a   | 20 | Desenhar políticas de incentivos fiscais ao investimento, produção e consumo de bens e serviços em setores estratégicos da Economia Azul  |  |   |





## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |    |  |  |  |
|---|----|--|--|--|
| Economia Azul Circular e Sustentável                            |    |  |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 21 | Desenvolver programas de fundmatching entre fundos privados e investimento público   |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 22 | Criar novos incentivos diretos ao empreendedorismo de base tecnológica e bioeconómica (Voucher Inovação Azul)  |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 23 | Operacionalizar o Campus do Mar com todas as infraestruturas e redes aplicáveis incluindo a criação do Hub Digital Bioeconomia Azul, onde se concentre informação relativa aos biobancos e coleções marinhas nacionais   |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 24 | Promover a biotecnologia azul sustentável e bio refinarias azuis, permitindo o desenvolvimento de novos produtos alimentares do mar e a criação de unidades fabris que aproveitem e valorizem os subprodutos da pesca e aquicultura  |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 25 | Promover modelos de negócio assentes na lógica da economia circular, desenvolvendo estudos sistematizados do ciclo de vida de produtos, desde a extração do mar da matéria prima, até à sua transformação, passando pela redução do consumo, reutilização e reciclagem do produto final. |  | O ciclo de vida tem de incluir o pós-vida/degradação dos produtos.   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 26 | Identificar regimes jurídicos, e procedimentos administrativos, relativos a atividades ligadas ao mar que careçam de revisão, simplificação ou integração  |  | Alterar para "Rever, atualizar e adequar regimes jurídicos e processos administrativos relativos a atividades ligadas ao mar, nomeadamente legislação de Avaliação de Impacte Ambiental que tenha em conta novos projetos costeiros e marinhos." |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 27 | Elaborar um Roteiro de implementação da Estratégia do Turismo Náutico e Marítimo   |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 28 | Criar as condições para o melhor aproveitamento da zona costeira na oferta turística associada ao mar, à náutica de recreio e ao desporto náutico e apostar na oferta de produtos diferenciados  |  | As condições criadas têm de respeitar planos de capacidade de carga (que têm de ser feitos e implementados), e a salvaguarda dos recursos naturais.  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 29 | Rever os custos da fatura portuária aplicável aos navios de passageiros, assegurando que as respetivas taxas são competitivas  |  | Seria importante incluir uma eco-taxa que revertisse para mitigar os efeitos da poluição proveniente do turismo de cruzeiros nas cidades e zonas portuárias que os acolhem.  |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |    |  |  |   |
|---|----|--|--|---|
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 30 | Promover a afirmação de Portugal enquanto plataforma logística global integrada nas cadeias globais de comércio externo  |  | É importante que não se enquadre a plataforma logística numa lógica de crescimento infinito   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 31 | Implementar a Janela Única Logística (JUL) que, como evolução e extensão da Janela Única Portuária (JUP)   |  |   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 32 | Promover uma bandeira portuguesa competitiva e com uma marca ambiental forte, numa aposta na sustentabilidade económica e ambiental  |  | Sem metas ambientais bem definidas não é possível esta afirmação.   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 33 | Promover a afirmação de Portugal enquanto Pólo de GNL e Hidrogénio do Atlântico através da elaboração do Plano Estratégico para a Infraestrutura Marítimo-Portuária de GNL e Hidrogénio  |  | O GNL não pode ser apresentado como um combustível promotor da transição ecológica.   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 34 | Impulsionar o desenvolvimento do conceito de porto seco, com as respetivas vantagens para os operadores, nomeadamente a redução ou eliminação de garantias bancárias e a simplificação de procedimentos administrativos  |  |   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 35 | Aumentar a eficiência, operacionalidade e segurança da navegação marítima nas manobras e tráfego nos portos, zonas de rotação, canais de acesso e zonas de aproximação dos navios, através da modernização dos sistemas de gestão de tráfego marítimo (VTS) portuários e apetrechamento dos Centros de Controlo de Tráfego Marítimo com sistemas mais evoluídos e modernização dos Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 36 | Dar prossecução a um plano plurianual de dragagens e de monitorização de infraestruturas marítimas dos portos pequenos, no sentido de manter as condições de operacionalidade e segurança aos níveis adequados   |  | Impactos ambientais das dragagens têm de ser salvaguardados no âmbito deste plano plurianual. As dragagens deverão ser limitadas ao mínimo indispensável, e não se deve promover o alargamento da capacidade portuária em zonas sensíveis (por ex. Porto de Setúbal em pleno estuário do Sado). |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 37 | Promover o desenvolvimento de capacidades inovadoras na reparação naval ligada à náutica de recreio  |  |   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 38 | Apostar na flexibilidade dos meios de produção e na diversificação do produto final na construção, reparação e manutenção naval  |  |   |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |    |  |  |  |
|---|----|--|--|--|
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 39 | Promover o desenvolvimento de soluções industriais que aumentem a sustentabilidade ambiental do sector naval, incluindo equipamentos que promovam o <i>Green Shipping</i>                              |  | Não podemos concordar com medidas que apoiem o Green Shipping enquanto este contemplar o uso de GNL.   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 40 | Estimular a especialização dos estaleiros de pequena dimensão na construção de embarcações sofisticadas  |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 41 | Desenvolver a fileira dos recursos não vivos com elevado valor económico e social, testando tecnologias de extração que minimizem os impactos ambientais   |  | Não desenvolver esta fileira no âmbito da ENM 2021-2030  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 42 | Criar incentivos para a dinamização do emprego azul altamente qualificado (Voucher Emprego Azul)   |  | O Voucher não aparece contextualizado na ENM   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 43 | Apoiar a criação de emprego na economia do mar, através de apoio à contratação/estágios profissionais/prémios ao emprego/conversão, incluindo medidas de empreendedorismo e criação do próprio emprego |  | Através de formação ambiental adequada para novos empregos no sector do mar                            |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 44 | Rever o ITI Mar no contexto do futuro quadro financeiro plurianual   |  | Poderia contribuir para o OE11 - <i>Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.</i> |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 45 | Apoiar na criação de <i>start-ups</i> de base tecnológica facilitando o acesso a bancos de dados abertos para desenvolvimento de produtos e serviços de valor acrescentado                             |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 46 | Rever e simplificar os processos administrativos relacionados com os registos de navios de transporte, de náutica de recreio e de pesca  |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 47 | Estender ao regime convencional de navios as regras já previstas no Registo Internacional de Navios da Madeira sobre hipotecas de navios e atualização dos procedimentos de registo                    |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 48 | Reduzir barreiras administrativas à atividade profissional dos marítimos   |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável | 49 | Estudar o eventual ajuste do imposto de tonelagem em linha com outros Estados Membros  |  |  |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |    |  |  |  |
|---|----|--|--|--|
| Economia Azul Circular e Sustentável  |    |  |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável                       | 50 | Criar um Centro de Arbitragem Marítima que permita, designadamente, garantir mais celeridade e redução de custos do sistema judiciário   |  | Poderia contribuir para o OE11 - <i>Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.</i>                                 |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável                       | 51 | Criar um <i>Centre for Leadership in Blue Shipping</i> que se dedique expressamente ao ensino, investigação e prestação de serviços no âmbito do <i>shipping</i>   |  |  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável                       | 52 | Constituir um Centro Internacional de <i>Shipping</i> , com estatuto de associação pública sem fins lucrativos, aberta a entidades públicas e privadas, que terá como missão promover Portugal como alternativa a outros centros desta atividade |  | Permanecem dúvidas em como um Centro Internacional de <i>Shipping</i> , pode ter um estatuto de associação pública sem fins lucrativos |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável                       | 53 | Publicar regime legal para a instalação e manutenção de cabos submarinos de comunicações prevendo a atuação em caso de incidentes  |  |  |
| OE3 Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis e autonomia energética | 54 | Fomentar o financiamento preferencial de projetos de empreendedorismo e inovação na economia azul que sejam descarbonizantes, sustentáveis, circulares, mais eficientes e inclusivos   |  |  |
| OE3 Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis e autonomia energética | 55 | Promover o desenvolvimento de tecnologias de inspeção, monitorização, e reparação de infraestruturas subaquáticas  |  |  |
| OE3 Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis e autonomia energética | 56 | Desenvolver ferramentas para comunicação e promoção externa do Cluster Industrial das Energias Renováveis Oceânicas  |  |  |
| OE3 Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis e autonomia energética | 57 | Promover estudos estratégicos e de mercado sobre oportunidades de investimento no mercado das energias renováveis oceânicas  |  |  |
| OE3 Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis                        | 58 | Simplificar o licenciamento das energias renováveis oceânicas  |  | A simplificação não pode significar desregulamentação.   |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |    |   |  |   |
|---|----|---|--|---|
| e autonomia energética  |    |   |  |   |
| OE3 Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis e autonomia energética | 59 | Descarbonizar e promover a transição, eficiência e autonomia energéticas nos sectores da economia do mar, o desenvolvimento de tecnologias e a produção de energias renováveis oceânicas  |  |   |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar                     | 60 | Implementar um Roteiro Nacional para a aquicultura offshore, estimulando atividades de I&DI orientadas para oferta de soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento de sistemas de aquicultura offshore   |  | Têm se ser asseguradas salvaguardas ambientais.   |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar                     | 61 | Apostar na valorização de produtos e coprodutos resultantes da pesca e da aquicultura, promovendo a circularidade, a eficiência e valorização dos subprodutos, bem como a certificação da sua sustentabilidade  |  |   |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar                     | 62 | Fomentar a valorização do pescado pela aposta continuada na inovação, na melhoria das condições de trabalho a bordo, na segurança, na eficiência energética, no acondicionamento e na rastreabilidade molecular da origem do pescado                          |  | Adicionar "pelos reduzidos impactos no meio".   |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar                     | 63 | Reconverter a pesca nacional até 2030 num dos sectores mais sustentáveis e de baixo impacto mundialmente estimulando a afetação de subsídios à promoção da pesca sustentável  |  | A medida não é clara, assim como o percurso para a cumprir. Incluir "e retirando os subsídios que financiam a sobrepesca e práticas de pesca insustentáveis".   |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar                     | 64 | Reforçar a utilização de artes de pesca seletivas e biodegradáveis  |  | acrescentar "e outros materiais comprovadamente com menor impacto ambiental"  |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar                     | 65 | Promover a investigação aplicada e o melhor conhecimento científico do estado dos recursos num trabalho conjunto de cientistas, pescadores e indústria  |  | Adicionar ONG e outros stakeholders. Promover a cogestão como modelo de governança bottom-up para pescarias que se mostrem interessadas e adequadas, e assegurar o seu enquadramento e formalização legais. |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar                     | 66 | Criar incentivos à introdução de tecnologias de produção inovadoras e mais eficientes na aquicultura e de novos sistemas de operação e controlo, em particular os que viabilizem operações remotas e digitais de manutenção das infraestruturas e da produção |  | Priorizar e definir de forma clara o conceito de baixo impacto ambiental e apostar em projetos que as valorizem.  |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar                     | 67 | Privilegiar o desenvolvimento da aquicultura sustentável e circular, quer em mar aberto quer em águas de transição, e estimular a produção multitrófica e em circuito fechado   |  |   |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |    |  |  |  |
|---|----|--|--|--|
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar | 68 | Continuar a apostar na inovação de produtos, processos e mercados e na oferta diversificada de produtos do mar (selvagem e de aquicultura) de alta qualidade   |  |  |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar | 69 | Apoiar campanhas de sensibilização e de promoção sobre o consumo de pescado suportadas por recomendações de base científica, informando sobre benefícios, doses recomendadas, valor nutricional e saudável dos produtos do mar de exploração sustentável e/ou de baixo valor comercial |  | Adicionando as questões da rastreabilidade, poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.                              |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar | 70 | Fomentar os circuitos curtos de comercialização de pescado, de proximidade, privilegiando o acesso direto do consumidor.   |  |  |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar | 71 | Estender a todo o país as lotas 4.o e a lota móvel, aumentando o apoio às pequenas comunidades piscatórias   |  | Desde que assegurados os requisitos de monitorização e controlo, assim como o reporte.   |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar | 72 | Desenvolver métodos inovadores para garantir a segurança dos produtos da pesca e aquicultura, antes da sua transformação   |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.  |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar | 73 | Melhorar a fiscalização em terra (lotas) e no mar (reforço de meios de alto mar), para garantir a segurança dos recursos   |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.  |
| OE5 Facilitar o Acesso à Água potável                             | 74 | Fomentar o desenvolvimento das tecnologias de dessalinização através da implementação de um Roteiro Nacional para a Dessalinização 2030  |  | Deverá ser dada prioridade a salvaguardar e restaurar as águas interiores e aquíferos.   |
| OE5 Facilitar o Acesso à Água potável                             | 75 | Desenvolver modelos de quantificação e projeção a 10 anos do deficit de oferta versus procura de água em zonas costeiras, ao longo do ano e por tipo de uso (consumo humano, turismo, indústria, rega)   |  | Esta medida faz sentido sobretudo antes de se pensar em dessalinização.  |
| OE5 Facilitar o Acesso à Água potável                             | 76 | Promover o ordenamento da zona costeira para fomentar novos usos do mar  |  | Necessita clarificação, não se entende o enquadramento. Consideramos que a procura de novos usos do mar não deve ser um factor decisivo no ordenamento costeiro.         |
| OE6 Promover a Saúde e Bem-estar                                  | 77 | Banir os plásticos de uso único até 2021 e promover a reciclagem, reutilização e redução do uso de plásticos fomentando o desenvolvimento de bioplásticos compostáveis e biodegradáveis  |  | Alterar a última parte da frase para "fomentando o desenvolvimento de estratégias para prevenção da produção de resíduos e apostando em rotas para a logística reversa". |
| OE6 Promover a Saúde e Bem-estar                                  | 78 | Desenvolver e validar ferramentas que permitam a monitorização de poluentes emergentes em produtos de origem marinha destinados ao consumo humano ou à produção de ingredientes para rações animais  |  |  |
| OE6 Promover a Saúde e Bem-estar                                  | 79 | Desenvolver um portal e um plano de promoção e comercialização da oferta integrada de turismo de saúde   |  |  |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|  |    |  |  |   |
|--|----|--|--|---|
| OE6 Promover a Saúde e Bem-estar   | 80 | Facilitar, agilizar, simplificar a obtenção a exigência de licenças desportivas para participação em competições náuticas que não envolvem atletas de alta competição  |  | Necessita de clarificação e desenvolvimento   |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 81 | Facilitar a implementação do Protocolo de Nagoia clarificando os processos para o utilizador   |  |   |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 82 | Implementar um Roteiro Nacional para o Big Data Marinho  |  | O Big Data Marinho não está referido no texto da ENM. Necessita clarificação.   |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 83 | Implementar um Programa Nacional para a Observação, Cartografia de Precisão e o Conhecimento do Mar profundo na nossa ZEE e plataforma continental estendida   |  | Assumindo que esta medida não servirá para justificar a extração de recursos não-vivos.<br><br><i>Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.</i>           |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 84 | Promover Portugal como destino para o desenvolvimento, e a realização de testes e ensaios, de tecnologias oceânicas  |  | Pouco claro. Definir tipo de tecnologias a testar.  |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 85 | Promover um programa de financiamento de I&DI multidisciplinar para as ciências do mar entre Sistema Científico e Tecnológico e a indústria, para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores na economia azul |  | Precisa de ser enquadrada numa lógica de liderança numa economia azul de baixo impacto ambiental.<br><br><i>Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.</i> |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 86 | Promover a ciência cidadã com campanhas comunicacionais adequadas  |  |   |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento                             | 87 | Desenvolver sinergias entre a indústria de conservas e outras indústrias do mar, a academia e os centros de investigação científica  |  | Precisa de ser enquadrada numa lógica de liderança numa economia azul de baixo impacto ambiental.   |





## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|  |    |  |  |  |
|--|----|--|--|--|
| Tecnológico e Inovação azul  |    |  |  |  |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 88 | Apoiar as startups, spinoffs e scaleups azuis com modelos de transição de sistemas e tecnologias para o mercado através da introdução de programas de investimento faseado adequados                       |  |  |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 89 | Consolidar a posição de Portugal na I&D na área da robótica marinha e áreas tecnológicas complementares  |  | Assumindo que esta medida não servirá para justificar a extração de recursos não-vivos.<br><br>Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real. |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 90 | Incentivar a transição digital estimulando o investimento em novos equipamentos, processos produtivos, recolha e tratamento de dados nos processos administrativos e de gestão das empresas ligadas ao Mar |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.  |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 91 | Promover a instalação em Portugal de um "Hub Europeu de Inovação Naval"  |  |  |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 92 | Desenvolver tecnologias e promover estudos para avaliação do impacto ambiental, social e económico de atividades extrativas no mar profundo  |  | Não desenvolver esta fileira no âmbito da ENM 2021-2030.   |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 93 | Criar em Portugal uma estrutura de acompanhamento da Década das Nações Unidas das Ciências do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável  |  |  |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|  |     |  |  |  |
|--|-----|--|--|--|
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 94  | Lançar um novo programa dinamizador para as ciências e tecnologias do Mar que permita atualizar os meios de investigação   |  | Necessita clarificação e acrescentar “orientado para informar a decisão e orientar políticas públicas”.<br><br>Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real. |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 95  | Fomentar a propriedade intelectual pelo incentivo ao registo de pedidos de propriedade intelectual (patentes, marcas e design) com origem nacional em tecnologias oceânicas e relacionadas                                       |  |  |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 96  | Rever a legislação relativamente aos cruzeiros científicos conduzidos por entidades estrangeiras, públicas e privadas, no espaço marítimo nacional   |  |  |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 97  | Criar um sistema de recolha de dados científicos e de uma base de conhecimento abrangendo os cruzeiros científicos conduzidos por entidades nacionais e estrangeiras   |  |  |
| OE7 Estimular o Conhecimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação azul | 98  | Desenvolver uma infraestrutura de observação atlântica baseada num sistema de sistemas pólo a pólo (APPOSS – <i>Atlantic Pole to Pole Observation System of Systems</i> ), em cooperação internacional no quadro do AIR Centre   |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano                | 99  | Construir uma estratégia integrada de desenvolvimento da literacia do oceano inclusiva e holística incluindo a Educação, Cultura, Ciência e Ambiente   |  | Incluir outros sectores da sociedade como ONG e Universidades no desenvolvimento de conteúdos.   |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano                | 100 | Incentivar as competências do século XXI, o empreendedorismo e inovação durante os percursos formativos e a aprendizagem e reconversão profissional ao longo da vida nas áreas do mar  |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano                | 101 | Apostar em percursos educativos diversos e inclusivos para dar resposta a profissões emergentes nos sectores tradicionais e noutros sectores da economia azul, como as energias renováveis marinhas ou a aquicultura sustentável |  |  |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |     |   |  |  |
|---|-----|---|--|--|
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 102 | Implementar mecanismos de transferência de conhecimento empírico e experiência acumulada entre gerações, aliada à utilização de novas tecnologias e processos essenciais, para estimular as novas gerações a trabalhar no mar |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 103 | Mobilizar o sector empresarial para o financiamento de cátedras, estágios em contexto profissional e explorar a sua participação em novos programas internacionais de educação (como o ERASMUS) na área do Mar                |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 104 | Apoiar a requalificação e formação de pescadores, e outros trabalhadores de indústrias tradicionais, para novas profissões azuis  |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 105 | Identificar as áreas estratégicas e atualizar regularmente o Catálogo Nacional de Qualificações, através do Conselho Sectorial para a Qualificação específico para o Mar  |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 106 | Dinamizar a formação e cooperação universitária, politécnica e profissional, nacional e internacional, de operários e técnicos para as profissões azuis   |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 107 | Aferir as necessidades de formação integrada e específica para os assuntos do mar para a administração pública  |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 108 | Integrar um Programa Nacional de Educação para o Mar que promova a formação e educação relacionada com o mar, desde o ensino básico ao fim do secundário, incluindo as Escolas Portuguesas no Estrangeiro                     |  | Necessita de clarificação e desenvolvimento. |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 109 | Desmaterializar o processo de ensino, certificação e relação com os marítimos, com a introdução de uma nova geração de certificados de competências digitais e criação do Documento Único do Marítimo                         |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 110 | Garantir que as Escolas Azuis contribuem para os créditos de formação necessários para a progressão na carreira dos professores   |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 111 | Promover a cultura e história marítima nacional através do apoio direto a diferentes iniciativas e formas de arte contemporânea e tradicional associadas ao Oceano, em Portugal e nas Escolas Portuguesas no Estrangeiro      |  |  |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |     |   |  |  |
|---|-----|---|--|--|
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 112 | Divulgar e promover a política desportiva e de educação dinamizando iniciativas de carácter desportivo, cultural e económico relacionadas com o mar   |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 113 | Promover o turismo de natureza e o turismo náutico através da criação de guias de turismo náutico contendo roteiros nas vertentes natureza e cultura por regiões  |  | Estes guias deverão incluir recomendações de boas práticas para minimizar o impacto/perturbação dos ecossistemas marinhos. |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 114 | Dinamizar os estaleiros através da promoção e fortalecimento das ligações com a comunidade local e com as escolas, com o intuito de fomentar a sensibilização dos jovens para os ofícios ligados à arte da construção naval                       |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 115 | Promover a inventariação, o conhecimento científico e a classificação do património cultural náutico e subaquático (com recurso aos sistemas e tecnologias robóticas), considerando-o na gestão do litoral e nos instrumentos de decisão política |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 116 | Desenvolver estratégias de monitorização e conservação do património cultural náutico e subaquático face às alterações climáticas e à necessidade de divulgação ao público em geral   |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 117 | Implementar uma rede de museus nacionais e municipais para os portugueses (re)descobrirem a sua identidade e o património cultural náutico e subaquático imóvel, móvel e imaterial  |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 118 | Liderar o processo de adoção da Convenção da UNESCO sobre a proteção do Património Cultural Subaquático, nomeadamente junto dos países da CPLP  |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 119 | Promover a salvaguarda e proteção do património cultural náutico e subaquático e o reconhecimento das paisagens culturais marítimas   |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 120 | Desenvolver estratégias de valorização do património cultural náutico e subaquático que contribuam para as futuras políticas de educação, ciência, ordenamento do território, ambiente e turismo  |  | Necessita de clarificação e desenvolvimento.   |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano | 121 | Constituir uma exposição permanente do património cultural náutico e subaquático de forma colaborativa entre o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu da Marinha   |  |  |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |     |   |  |  |
|---|-----|---|--|--|
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano             | 122 | Promover a criação de património artístico inspirado no património ambiental e arqueológico existente no mar  |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano             | 123 | Reforçar a oferta educativa e formativa na área do património cultural náutico e subaquático fomentando a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade  |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano             | 124 | Classificar o património cultural náutico e subaquático que se encontre <i>in situ</i> e integrá-los na Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas e nos planos de gestão das áreas marinhas protegidas                             |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano             | 125 | Criar um Centro Nacional de Treino e Formação em Segurança Marítima, tendo em conta as necessidades de qualificação e certificação dos profissionais do mar e as exigências das principais convenções internacionais                |  |  |
| OE8 Incrementar a Educação, Formação, a Cultura e Literacia do Oceano             | 126 | Reforçar a formação e requalificação de trabalhadores ligados à economia do mar através da realização de ações de formação, nos Centros de Formação de Gestão Direta ou Participada do IEFP, incluindo o FOR-MAR                    |  | Adicionar oportunidades de formação sobre recursos vivos marinhos.   |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 127 | Criar uma Base de Dados e Informação Oceanográfica Nacional de acesso aberto, que também inclua os dados obtidos por navios de investigação estrangeiros em águas de jurisdição nacional  |  |  |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 128 | Promover e reforçar o cluster do mar e as parcerias entre agentes públicos, privados e universidades, garantindo condições para a atração e retenção de talento e investimento nas áreas da economia azul                           |  |  |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 129 | Fomentar projetos de copromoção, projetos mobilizadores e projetos de regime contratual de investimento, para desenvolvimento de novos produtos, em articulação com os ecossistemas de inovação e de promoção da reindustrialização |  | Necessita de clarificação e desenvolvimento.   |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 130 | Implementar a rede de <i>PortTech Clusters</i> nos portos comerciais e de pesca como plataformas de aceleração tecnológica das novas indústrias marítimas   |  |  |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 131 | Promover a digitalização da fileira do pescado, pesca e aquicultura 4.0, no sentido do aumento de eficiência produtiva e de sustentabilidade  |  | Adicionando as questões da rastreabilidade, poderia contribuir para o OE11 - <i>Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.</i> |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |     |  |  |   |
|---|-----|--|--|---|
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 132 | Desmaterializar os diários de bordo nos navios que arvoram a bandeira portuguesa e alargar o novo Diário de Pesca Eletrónico (DPE+) a toda a frota aplicável através da instalação de equipamentos <i>Vessel Monitoring System</i> (VMS) de última geração |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.   |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 133 | Revitalizar e equipar as áreas portuárias no sentido de serem polos de desenvolvimento das comunidades costeiras ( <i>smart fishing harbours</i> )   |  | Clarificar conceitos. Fomentar a separação dos resíduos em todas as áreas portuárias, disponibilizar contentores para a recolha de lixo marinho e artes de pesca bem como os contentores amarelo, azul, verde e preto. Promover a recuperação das artes de pesca como alternativa de trabalho para as comunidades costeiras |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 134 | Aumentar nos portos a capacidade instalada de digitalização e integração das funções de transportes e logística e promover a incubação especializada de <i>startups</i> , <i>spinoffs</i> e <i>scaleups</i> azuis  |  |   |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 135 | Potenciar a aposta em embarcações inteligentes e autónomas através da incorporação de novas competências digitais nos estaleiros portugueses   |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.   |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 136 | Promover a inovação de processos de construção e introdução de novos métodos de fabrico e montagem e de reciclagem mais eficientes em linha com as exigências de <i>Green Shipping</i>   |  | Desde que não promova o uso de GNL  |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 137 | Avaliar o potencial industrial português e criar incentivos para aceleração do desenvolvimento e comercialização de tecnologias marinhas para exploração de recursos não vivos   |  | Não desenvolver esta fileira no âmbito da ENM 2021-2030   |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 138 | Assegurar a criação de sinergias entre a fileira dos recursos não vivos e outras fileiras, como a construção naval e a robótica  |  | Não desenvolver esta fileira no âmbito da ENM 2021-2030.  |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 139 | Criar um programa de reindustrialização na economia azul, com prioridade para a bioeconomia, tecnologias limpas, engenharia natural, robótica e sensores e toda a digitalização do setor económico do oceano   |  | Assumindo que esta medida não servirá para justificar a extração de recursos não-vivos.   |
| OEg Incentivar a Reindustrialização e Capacidade Produtiva e Digitalizar o Oceano | 140 | Utilizar redes de sensores e UAVs ( <i>Unmanned Aerial Vehicles</i> ) para criar mapas em tempo real e <i>dashboards</i> de emissões e sustentabilidade das operações dos portos   |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.   |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança                     | 141 | Criar uma rede de monitorização para assegurar a soberania dos recursos existentes na plataforma continental   |  |   |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |     |  |  |   |
|---|-----|--|--|---|
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 142 | Implementar um Roteiro Nacional para a Mitigação dos Riscos Naturais com Origem no Mar   |  |   |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 143 | Desenvolver uma estratégia de cooperação para o desenvolvimento para os oceanos que inclua uma ação estratégica ao nível da CPLP (concretização do Plano de Ação e liderando pelo exemplo)   |  |   |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 144 | Implementar as redes de articulação funcional para apoio à coordenação técnica da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030   |  |   |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 145 | Promover a diplomacia económica, científica e ambiental na área do mar   |  |   |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 146 | Garantir a implementação da Estratégia Nacional Mar 2021-2030 através do ITIMAR no âmbito do novo acordo de parceria PT2030, assim como a respetiva monitorização via Plataforma SEAMInd   |  | A monitorização da ENM deverá incluir a monitorização dos Planos de Acção.<br><br>Poderia contribuir para o <i>OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real</i> . |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 147 | Garantir a afetação eficiente dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento ao reforço do potencial económico estratégico da economia do mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos   |  | Acrescentando ", nomeadamente no que toca ao controlo e monitorização", poderia contribuir para o <i>OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real</i> .           |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 148 | Estabelecer redes de cooperação funcional entre a DGPM e agentes privados e públicos que apoiarão a implementação, monitorização, avaliação e revisão da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030  |  | Incluir as ONG nestas redes de cooperação funcional.  |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 149 | Operacionalizar o Observatório do Atlântico em coordenação com o <i>Air Centre</i>   |  |   |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 150 | Implementar a componente marítima da estratégia da UE nas regiões ultraperiféricas dos Açores e Madeira, garantindo que a territorialização da política para o mar se efetua de forma articulada com a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030                    |  |   |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 151 | Assegurar que a implementação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, instrumento nacional da Política Marítima Integrada da UE (PMI), está alinhada com a implementação dos outros instrumentos da PMI (CISE, PSOEM e DQEM, enquanto pilar ambiental da PMI) |  |   |





## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|   |     |   |  |  |
|---|-----|---|--|--|
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 152 | Monitorizar os resultados da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, em especial ao nível do ODS 14   |  | Referir claramente que a monitorização da atual estratégia necessita de financiamento adequado de forma a ser eficaz e clarificar a sua origem.                          |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 153 | Criar uma linha de financiamento, envolvendo o Fundo Azul e outras fontes de financiamento, para projetos de inovação oceânica, designadamente no domínio do controlo, supervisão e vigilância marítima   |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.  |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 154 | Desenvolver uma Estratégia Nacional de Segurança Marítima, alinhada com a Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia  |  |  |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 155 | Desenvolver uma estratégia abrangente para assegurar o cumprimento das obrigações de Portugal, assumidas no quadro da Organização Marítima Internacional (IMO), como estado de bandeira, estado portuário e estado costeiro e na Organização Hidrográfica Internacional (OHI) |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.  |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 156 | Desenvolver um programa de construção de meios navais, tripulados e não-tripulados, para vigilância, inspeção e controlo da zona oceânica (depois das 12 milhas)  |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.  |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 157 | Desenvolver um programa de construção de meios navais, tripulados e não tripulados, para vigilância, inspeção e controlo da zona costeira (até às 12 milhas)  |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.  |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 158 | Desenvolver a rede de Comando e Controlo (C2) integrada que reúna informação dos sistemas de informação das forças de Segurança (GNR e Polícia Marítima), de Defesa e Controlo Portuário (VTC)  |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.<br><br>Considerar integrar outras entidades como ASAE, AT, entre outras. |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 159 | Desenvolver uma rede integrada, sob a responsabilidade da Autoridade Marítima Nacional, para inspeção, controlo e vigilância das atividades náuticas de recreio   |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.  |
| OE10 Garantir a Segurança, Soberania, Cooperação e Governança | 160 | Implementar uma rede integrada de vigilância, fiscalização, controle e segurança  |  | Poderia contribuir para o OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real.  |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

**Tabela A - Tabela com o conjunto das medidas adicionais propostas pela PONG-Pesca para o Plano de Ação, organizadas por objetivo estratégico**

| Objetivo Estratégico   | Nº de Medida | Medidas  |
|--|--------------|--|
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 161          | Classificar pelo menos 10% das águas marinhas sob jurisdição nacional como protecção total (ou estritamente protegidas)  |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 162          | Criar incentivos à produção de espécies autóctones em vez de espécies exóticas   |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 163          | Elaboração de plano de acção para remoção de espécies exóticas e biossegurança   |
| OE1 Combater as Alterações Climáticas e a Poluição e Restaurar os Ecossistemas | 164          | Elaboração de um Plano Nacional de Restauro Ecológico ( dada a importância do restauro ecológico na Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030 e a urgente necessidade de restaurar ecossistemas degradados, em particular aqueles com maior potencial para capturar e armazenar carbono).<br>Este Plano deverá incluir objetivos quantitativos em termos de localização, áreas e tipos de habitats a serem restaurados. |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável                | 165          | Estabelecer metas ambiciosas para a redução dos resíduos provenientes das artes de pesca, áreas portuárias e lixo marinho, no geral.   |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|  |     |  |
|--|-----|--|
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável      | 166 | Implementar os princípios da responsabilidade alargada do produtor para as artes de pesca até 2024. Disponibilizar contentores em todos os portos para a recolha e armazenamento das artes de pesca danificadas.   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável      | 167 | Implementar metodologias padronizadas para a monitorização, quantificação e identificação do lixo marinho (artes de pesca, lixo das áreas portuárias e naval e lixo marinho, em geral)   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável      | 168 | Incentivar a procura por novas tecnologias para reutilização e transformação de artes de pesca em novos materiais.   |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável      | 169 | Incentivar o uso de materiais reutilizáveis na pesca, através de sistemas de depósito. Adotar metas para a redução gradual da esferovite na pesca de forma que, em 2030, este material não seja mais utilizado.  |
| OE2 Fomentar o emprego e a Economia Azul Circular e Sustentável      | 170 | Implementar a recolha seletiva de todos os tipos de resíduos em todas as áreas portuárias.   |
| OE4 Apostar na Garantia da Sustentabilidade e Segurança Alimentar    | 171 | Definir tamanho mínimo para as espécies de aquacultura igual ao tamanho mínimo implementado nas pescarias.   |
| OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real | 172 | Implementar sistemas de Monitorização Eletrónica Remota- incluindo sistemas de CCTV - numa percentagem significativa da frota nacional, que inclua a totalidade das embarcações maiores que 12m, embarcações que utilizem artes arrastantes e que tenham um histórico de infrações graves. |
| OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real | 173 | Implementar sistemas de sensores de Monitorização Eletrónica Remota para a totalidade das artes estáticas licenciadas.   |



## Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca

|  |     |  |
|--|-----|--|
| OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real | 174 | Alterar os regimes jurídicos relevantes de forma a consagrarem uma obrigatoriedade de reporte em tempo real ou em intervalos temporais o mais curtos possíveis para todas as embarcações quando estas se encontram em Áreas Marinhas Protegidas. |
| OE11 - Assegurar o Controlo e Monitorização Efetivos e em Tempo Real | 175 | Desenvolver, regulamentar e implementar um sistema integrado de controlo e monitorização em tempo real que cubra a totalidade das áreas definidas como Áreas Marinhas Protegidas em águas marinhas nacionais.                                    |